



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO FINAL  
AO PROJETO DE LEI N.º 0533/2021.**

*Proíbe a prática de violências físicas  
e psicológicas no adestramento de  
animais domésticos ou exóticos.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:**

**Art. 1º** Fica proibida, no âmbito do Município de Fortaleza, a utilização de técnicas de adestramento de animais domésticos ou exóticos que causem violências físicas ou psicológicas em animais domésticos.

§ 1º Entende-se por violência física o uso de correções que violem a integridade física do animal, tais como:

I — aplicar pressão no pescoço do animal, por meio do uso de enforcador, colar de garras ou guia unificada, que retire o contato entre os membros do animal e o chão;

II — aplicar pressão no pescoço do animal, por meio do uso de enforcador, colar de garras ou guia unificada, que resulte na perda ou na diminuição da capacidade respiratória do animal;

III — aplicar pressão no pescoço do animal, por meio do uso de enforcador, colar de garras ou guia unificada, que tenha por finalidade imobilizar o animal;

IV — amarrar as cordas à virilha, às orelhas ou às patas do animal com intuito de aplicar pressão;

V — desferir tapas e pontapés;

VI — usar colar que emita corrente elétrica, conhecido como "e-collar" ou colar de choque;



VII — exercitar animal preso em esteiras ou bicicletas com uso de enforcador, colar de garras ou guia unificada;

VIII — exercitar animal até sua exaustão completa;

IX — prender dois ou mais animais entre si através do uso de enforcador, colar de garras ou guia unificada.

§ 2º Entendem-se por violência psicológica ações ou omissões que resultem violação à integridade mental do animal, tais como:

I — provocar o comportamento com intuito de, consecutivamente, aplicar correções que violem a integridade física do animal;

II — prender o animal em um espaço restrito e inadequado com intuito de ensiná-lo a ficar sozinho, deixando-o em estado de desespero;

III — usar estalinhos, “biribinhas” ou similares com finalidade de amedrontar o animal;

IV — privar o animal de alimento ou de água por mais de 24 (vinte e quatro) horas com intuito de aumentar a motivação para treinar;

V — submeter o animal, mediante a apresentação ou o confinamento, a estímulos agressivos que lhe causem medo ou dor, tirando-lhe a possibilidade de esquivar-se;

VI — utilizar estímulos que causem medo ou ansiedade a fim de atingir um comportamento desejado de maneira rápida, desconsiderando o bem-estar do animal;

VII — impedir a expressão de comportamentos naturais sadios, imprescindíveis ao bem-estar da espécie.

**Art. 2º** As infrações às disposições desta Lei serão punidas proporcionalmente com a gravidade dos maus tratos verificados, com as seguintes penalidades:

I — advertência;

II — multa;

III — perda da guarda, da posse ou da propriedade do animal;

IV — interdição do local do estabelecimento;

V — proibição de atuar com o adestramento de animais pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**FORTALEZA**

## **Coordenadoria das Comissões Técnicas**

---

*Parágrafo único.* As penalidades deste artigo devem ser aplicadas de forma sucessiva, da mais branda à mais severa, em casos de reincidência.

**Art. 3º** Fica facultado ao Chefe do Poder Executivo municipal regulamentar esta Lei para seu fiel cumprimento.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

**COORDENADORIA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
FORTALEZA, EM 10 DE agosto DE 2023**

\_\_\_\_\_  
**Presidente**

